



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 08068503020198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Conforme já sustentado em que pese o perito apontar a existência de fraturas nos dedos do pé, não há documentação da data do fato que comprove isto. Conforme já sustentado não existem provas de que a vítima tenha sofrido lesão capaz de ensejar invalidez do pé ou procedimentos para tratar a suposta fratura como indicado pelo perito.

Além disso, ainda que se admitisse todas as lesões sofridas, não cabe ao perito graduar uma lesão superior a efetivamente sofrida.

A partir do momento que afirma que houve invalidez com repercussão de 25% de um quadril e dois dedos do pé, há de se observar a gradação que deve respeitar a previsão da tabela.

Na remota hipótese de condenação da seguradora, ainda assim, o enquadramento da lesão não pode ser para o membro, mas de acordo com a efetiva invalidez.

Vejamos:

<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentu</b>	<b>Valor da Indenizaç</b>
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corp</b>	<b>das Perd</b>	
Perda completa da mobilidade de um <b>quadril</b> , joelho ou tornozelo.	25	R\$ 3.375,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00

**2)** Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – leve – 25%; e sequela residual – 10%.

<b>Repercussão</b>	<b>Valor da Indenização</b>
25% do quadril	R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)
25% de um dedo do pé	R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)
25% de um dedo do pé	R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Portanto, em que pese o que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexos de causalidade entre as lesões e um acidente automotor, devendo ser julgados improcedentes os pedidos da inicial.

Caso assim não entenda, requer a aplicação da tabela considerando a efetiva lesão sofrida e sua repercussão na esfera da vítima, conforme tabela acima.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**